

Marta de Almeida e Moema de Rezende Vergara (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008. Textos organizados originalmente para as mesas-redondas do seminário História das Ciências no Brasil, realizado em 2006, comemorativo dos 21 anos do MAST.

Benjamim Constant e o positivismo na periferia do capitalismo [p. 207-215]

Renato Lemos

Departamento de História da UFRJ

Foi com muito prazer que recebi o convite que gentilmente me fizeram as organizadoras deste simpósio.* Para mim, é uma oportunidade muito especial de falar sobre um aspecto do meu tema de doutorado que considero importante (Lemos, 1997). Desde 1997 venho revisitando esse tema e me agrada tratá-lo nos termos desta mesa: uma teoria científica enquanto objeto histórico.

É conhecido o poderoso efeito de “modelagem mental” conseguido pelo positivismo na cultura brasileira (Bosi, 1992). Sabe-se, também, que os positivistas foram os primeiros a elaborar uma teoria social do Brasil (Ramos, 1957). Uma doutrina, teoria, uma ideologia, enfim, que bem pode ser situada na longa duração da nossa história. Benjamin Constant aderiu a essa teoria e acabou tornando-se, ele mesmo, um elemento explicativo da evolução intelectual e política do país.

Talvez não seja de todo inútil apresentar algumas informações biográficas sobre o personagem que me serve de tema. Afinal, ele e a filosofia a que se associou têm sido objeto de alguns mal-entendidos.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi oficial do Exército brasileiro, professor de matemática em diversas escolas civis e militares, divulgador da filosofia positivista, organizador do movimento militar que depôs a monarquia, membro do Governo Provisório republicano – como segundo vice-presidente e titular das pastas da Guerra e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Morto em janeiro de 1891, os primeiros constituintes republicanos o entronizaram postumamente como o “Fundador da República”.

Tendo nascido em 1937, acabara de entrar na adolescência quando se consumou, em 1850, o processo de supressão do tráfico internacional de escravos, iniciado em 1831. A medida teve, pelos capitais que liberou, profundas repercussões na formação social brasileira, especialmente no domínio das atividades econômicas, mas também em termos de urbanização, difusão cultural etc. (Prado Jr., 1970, p. 153-154). A década que se abriu em 1850 trouxe ao Brasil também um vigoroso movimento de renovação intelectual. Uma onda cientificista disseminou, nos centros culturais do

* Este texto reproduz de maneira bem aproximada a comunicação oral. Foram feitas, apenas, algumas mudanças para esclarecer certas passagens, a partir de questões levantadas pela platéia, e acrescidas referências bibliográficas.

país, escolas de pensamento filosófico européias, como o spencerianismo, o darwinismo e o positivismo (Costa, 1956, p.129-131). Era um desdobramento, ligeiramente tardio, do culto à ciência praticado na Europa desde o século anterior. Entre nós, o cientificismo abalou o *status quo* intelectual, aquele conjunto de idéias, solidamente estabelecidas no país, que dava suporte às diversas concepções de vida elaboradas durante a construção do Império.

As novas formas de pensamento – “um bando de idéias novas”, “ilustração brasileira”, conforme o analista – tomavam como referência o cientificismo. Embora distintas entre si, tinham em comum a supervalorização da ciência. O culto ao método científico contrapunha-se ao pensamento romântico que, em filosofia como em literatura, nas artes plásticas ou na política, estimulava uma atitude idealizadora da realidade.

O positivismo, uma variante do cientificismo sistematizada por Auguste Comte (1798-1857), chegou ao Brasil recomendado por sua nacionalidade francesa. A França era, talvez, a mais influente forja de idéias em todas as áreas da produção humana no Ocidente de meados do século XIX. Dela, escritores, cientistas, políticos e homens de negócios brasileiros absorviam idéias científicas, filosóficas e literárias. Instalado nas páginas dos livros de matemática, o positivismo penetrou no ambiente cultural da Escola Militar do Rio de Janeiro, que se tornou o templo onde se praticava o culto àquela disciplina. Os candidatos a freqüentá-la sabiam que teriam de enfrentar os rigores dos estudos matemáticos, o que nem sempre era visto com entusiasmo. O futuro visconde de Taunay, por exemplo, quando soube que seu pai decidira matriculá-lo na Escola Militar, foi tomado por certo pânico: “E o estudo das matemáticas? Não tenho jeito algum.” (Lemos, 1999)

Benjamin Constant ingressou na Escola Militar em 1852, quando a filosofia positivista começava a ser conhecida na instituição. Lá, entre 1850 e 1854, foram defendidas várias teses inspiradas na doutrina. O fenômeno ocorreu também a Escola de Marinha, a Escola de Medicina e o Imperial Colégio Pedro II e em instituições não escolares, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A disseminação do positivismo não significava, é preciso que se observe, a aceitação integral do pensamento de Comte, em especial de sua vertente religiosa. No entanto, a sua filosofia da história conquistou ampla aceitação, o que implica um problema histórico. Se aceitarmos que as áreas periféricas absorvem ideologias geradas nas áreas centrais por alguma razão mais profunda do que a simples vocação para a macaquice, será o caso de lançarmos a pergunta: o que significou a adesão de um grupo de brasileiros – inseridos em uma formação social escravista e periférica – a

uma doutrina gestada em uma formação social do capitalismo originário? Leopoldo Zea se fez pergunta análoga em relação ao México, onde o positivismo também constituiu uma expressiva força intelectual e política (Zea, 1985). E encontrou uma resposta naquilo que chamou “circunstância mexicana”. Para Zea, o positivismo encontrou guarida no México porque, da mesma forma como na França, serviu aos interesses da burguesia. Há uma distinção importante a fazer, contudo, porque a burguesia mexicana se encontrava ainda em formação quando se inteirou do positivismo, enquanto a francesa produziu a doutrina já na fase de declínio como força social renovadora. Às voltas com forças sociais que lhe eram antagônicas, abriu mão dos valores que a haviam guiado no rumo do poder para abraçar outros, mais congruentes com as tarefas da preservação das posições conquistadas. Para Zea, o positivismo foi, em resumo, a filosofia contra-revolucionária que a burguesia européia construiu para consolidar a nova ordem em face das pressões à direita e à esquerda: “Revolução e antiga ordem eram os perigosos Scila e Caríbdis da burguesia européia; era mister uma nova ordem que escapasse a estes perigos.” (Zea, 1985, p. 40-41)

A ordem ideal vislumbrada por Comte e seus seguidores não era aquela anterior a 1789, que os contra-revolucionários restauradores, nostálgicos do absolutismo, queriam restabelecer, mas uma nova ordem, industrial, cimentada pelo progresso resultante do desenvolvimento da indústria e das ciências (Lowy, 1987, p. 23). Seu caráter contra-revolucionário ressalta pela maneira como encarava o conflito político e social inerente à sociedade burguesa – a “anarquia”, de que Comte falava. Tratava-se de “integrar” as forças da desordem – o proletariado – à ordem, sob a direção de uma elite ilustrada pela cultura científica. Um conjunto de reformas voltadas para o progresso – com destaque para a educacional – viabilizaria a integração, elemento estratégico de prevenção de revoluções. Assim, o positivismo é contra-revolucionário preventivo, o que explica o sentido histórico do seu empenho na agenda reformista.

O caráter reformista do positivismo está, portanto, visceralmente ligado ao cientificismo. Por ser considerada por Comte a ciência mais madura, a matemática foi o carro-chefe da doutrina. Foi por aí que Benjamin Constant se envolveu no ambiente cientificista que dominava a Escola Militar. Estava em pleno desenvolvimento um fenômeno que teria importantes desdobramentos no processo político do país e que o envolveria: a transformação da Escola Militar, no rastro do culto à ciência, em um centro de estudos de matemáticas, filosofia e letras, em detrimento do seu caráter militar (Carvalho, 1977, p. 195).

Ainda aluno da Escola Militar, Benjamin Constant travou em 1857 seus primeiros contatos com o positivismo. Incorporada como elemento organizador da sua vida subjetiva, a doutrina contribuiria decisivamente para a definição das suas posições em face da guerra, da vida militar em geral, da atividade política e do sistema educacional. Foi nesse contexto intelectual que Benjamin Constant começou suas atividades na área científica e se tornou, em 1862, membro do corpo docente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro. Lá, não se limitou a ensinar matemática. Foi interlocutor de outros professores, tendo, inclusive, redigido pareceres sobre trabalhos de colegas. Também importante foi a sua ligação com o Instituto Politécnico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro naquele mesmo ano e freqüentado por engenheiros e técnicos. Trabalhou, ainda, no Imperial Observatório Astronômico – o que, aliás, aproxima ainda mais o meu tema da organização deste simpósio.

Sua carreira científica ficou em suspenso durante a passagem pela Guerra do Paraguai (1865-1870), que durou apenas um ano – por razões de saúde –, mas foi decisiva para a sua formação emocional, intelectual e política. Como militar, Benjamin Constant teve papel relativamente modesto. Porém, no plano essencialmente individual, a experiência teve importantes conseqüências que se transformariam em elementos do processo histórico coletivo. No plano ideológico, a combinação desses elementos aprofundou sua identificação com a visão de mundo positivista, particularmente no que diz respeito às questões da guerra e do governo.

Retornado do *front*, Benjamin Constant teve, na década de 1870, papel preeminente na divulgação do positivismo no Rio de Janeiro e, por extensão, no país. Em concurso público para uma cadeira de matemática na Escola Militar, ao qual estava presente o imperador, fez questão de anunciar que, caso vencesse – o que ocorreu – organizaria o curso segundo as concepções científicas positivistas.

Em 1875, fundou uma organização de seguros – *Previdência. Associação de Socorros à Invalidez* –, cujos fins humanitários traziam subjacentes preocupações ideológicas sintonizadas com a perspectiva contra-revolucionária. Em apontamentos pessoais que preparou para subsidiar o discurso que faria na solenidade de inauguração da entidade, Benjamin Constant resumiu idéias de Emile Littré, um dos mais importantes seguidores de Comte. Littré analisava recentes acontecimentos político-sindicais europeus, em especial a Comuna de Paris:

A condição das classes proletárias vai se tornando cada vez mais precária em todos os países e a reação se vai pronunciando em proporções ameaçadoras; as tendências dos proletários na Europa começaram a manifestar-se

francamente em 1871 e de então para cá não cessam suas forças de unir as classes industriais para fazer valer seus direitos em momento que julguem oportuno; e que se pode esperar senão uma desastrosa conflagração geral, que trará abalos profundos? A liga operária na Europa é um exército que todos os dias engrossa, recebendo novos contingentes e recursos para a luta, é um ser coletivo respeitável que multiplica seus órgãos, que encontra eco em todos os países, é um vulcão talvez próximo a fazer sua tremenda erupção. As Trade Unions – associação que na Inglaterra conta mais de 800 mil membros e um capital formidável de ... e cujo destino é proteger e garantir o salário aos operários desempregados em consequência das greves é uma ameaça franca e um sintoma de suas funestas tendências. As greves, *meetings* discutindo os meios de impor o aumento dos salários, a redução do tempo de trabalho, etc. são apenas os problemas da tempestade que ameaça o mundo social.

As associações cooperativas e de participação são as formas mais prudentes e apropriadas que as classes industriais têm em seu favor. (*Revista Positiva*, tomo 6, Socialismo, p. 423-424. Grifos no original. *Apud* LEMOS, 1999).

Em 1876, Benjamin Constant estava entre os fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, de cujo núcleo inicial também faziam parte Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, seus ex-alunos, que logo se tornariam os dirigentes do movimento e guardiães da ortodoxia. Desfrutando já da imagem de prestigioso professor e cientista, poderia ter favorecido mais a organização dos positivistas no país se não entrasse em choque com Lemos e Mendes. Benjamin Constant apreendera a doutrina de uma maneira muito própria e ficou aberto a influências do liberalismo democrático. Absolutamente identificado com o positivismo na parte metodológica, divergia, porém, dos positivistas em tudo que se aproximasse do sectarismo e da intolerância política. Percebeu fortes traços de autoritarismo nas relações que Miguel Lemos e Teixeira Mendes estabeleciam, sem distinção, com simpatizantes e adversários do positivismo e afastou-se em definitivo da organização dirigida por eles.

A atuação docente de Benjamin Constant, orientada pelo positivismo, contribuiu decisivamente para transformar o funcionamento da própria Escola Militar, que aos poucos deixou de produzir “fazedores de guerras” para gerar “bacharéis fardados”. Esse deslocamento teve desdobramentos políticos, dada a vocação do positivismo para a república, posta pela doutrina no lugar de mais desenvolvida forma de organização política da humanidade. Entretanto, Benjamin Constant aparentemente não se interessava pelas novidades políticas. Não há indicação de que se tenha sensibilizado com o lançamento do Manifesto Republicano e do Partido Republicano em 1870. Versões que de sua condição de positivista notório deduzem a de republicano desde essa época não encontram respaldo nas evidências empíricas ou nos depoimentos de ex-alunos que comentam sua postura política como professor. A maioria afirma que suas aulas – organizadas, é verdade, segundo a classificação das ciências de Comte – só tratavam de assuntos estritamente curriculares e que o fascínio dos alunos por Benjamin Constant era provocado por seus dotes intelectuais e morais (Araripe, 1960, p. 142). Apenas para uns poucos, como Cândido Rondon, as aulas teriam sido fator de adesão ao republicanismo (Viveiros, 1958:46 e. 50).

O mais adequado seria vê-lo nesse momento como um candidato a reformador do sistema social vigente. Foi esse o sentido de algumas de suas intervenções sociais: à frente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, onde tentou criar condições para a integração dos deficientes visuais à vida produtiva; ao elaborar planos de loterias para a arrecadação de fundos para a emancipação de escravos e ao criar a associação de previdência para os impedidos de trabalhar por invalidez .

O que é certo é que, nessa década, Benjamin Constant intensificou os estudos do positivismo, construiu uma imagem de prestigiado matemático e professor e sofreu fortes decepções pessoais com o governo imperial ao ser preterido irregularmente em vários concursos para o magistério oficial. Algumas reivindicações relativas à carreira de professor, cuja satisfação representaria sensível melhora em sua renda e segurança material, foram bloqueadas pelo governo.

Na primeira metade da década de 1880, marcada por grande ebulição entre os militares, por conta da intensificação do movimento abolicionista e de problemas disciplinares, acabou se envolvendo nos conflitos, conhecidos como “Questão Militar”, que opuseram segmentos das Forças Armadas, principalmente do Exército, ao governo imperial. No curso dos acontecimentos, participou, em 1887, da fundação do Clube Militar, do qual se tornou vice-presidente. Presidiu importantes reuniões corporativas e teve atuação destacada em episódios que marcaram as relações disciplinares no interior do Exército, como a recusa a participar da perseguição a escravos fugidos, o que facilitou decisivamente a vitória do movimento abolicionista. Na presença do ministro da Guerra de um governo que se portava com muito pouca flexibilidade em relação aos militares, Benjamin Constant proferiu contundente discurso em defesa do Exército, que considerava estar sendo perseguido e injustiçado.

Tornou-se, então, fator de arregimentação de importantes setores militares, especialmente da jovem oficialidade que, tendo passado pelas suas classes, acabava, por contingências da rotina profissional, se espalhando por quartéis em vários pontos do país. Alguns dos mais destacados desses alunos e ex-alunos já eram ostensivamente republicanos quando ele se tornou seu líder nos conflitos finais com a Monarquia. É certo que foi fundamental a influência de alguns deles na sua passagem de líder corporativo a carrasco da Monarquia. Foi na condição de “Fundador da República” que a historiografia e a mitologia republicana o incorporaram. Entretanto, o retrospecto de sua vida – cidadão pacato, voltado para a família e o trabalho, infenso às atividades políticas – até a crise final do regime não aponta qualquer circunstância que pudesse habilitá-lo ao papel de precursor da República.

Seu estilo de liderança política foi viabilizado pela maneira como se processou a transição da Monarquia para a República no Brasil. A primazia do processo de desagregação interna do regime como elemento dinâmico da conjuntura conduziu o jogo político de maneira a restringir a participação do Partido Republicano. Por outro lado, ensejou uma atuação dirigente de líderes militares no movimento que derrubou o regime, fato inédito na história política brasileira, que até então desconhecia o golpe militar.

A presença do Exército no cenário político nacional já vinha constituindo um dado significativo a partir de 1870. Com o fim da Guerra do Paraguai, as Forças Armadas passaram a ocupar um espaço mais politizado no interior do Estado. No entanto, quando, oficial e professor, Benjamin Constant se converteu em elemento ativo nos conflitos, seguiu, antes de tudo, uma linha de coerência com sua juventude. Ainda estudante na Escola Militar ele se havia desentendido com as práticas disciplinares das autoridades. A questão da disciplina permeou toda a sua relação com a estrutura do Exército. Juntamente com problemas relativos ao mérito e à honestidade, canalizou suas energias para atitudes combativas em defesa dos direitos de manifestação e expressão dos oficiais, sintonizando-o com o comportamento de colegas que afrontavam as autoridades militares.

É arriscado fazer afirmações definitivas sobre as razões da sua politização. As fontes disponíveis não oferecem elementos para uma explicação cabal desse processo. Tudo faz supor que a aproximação de Benjamin Constant do ativismo político tenha resultado da frustração provocada por sucessivas experiências pessoais negativas – como cidadão e oficial – com as elites dominantes e a máquina governamental.

Além disso, importantes elementos da sua visão de mundo encontraram correspondência na doutrina do “soldado-cidadão”, disseminada por jornalistas republicanos para acirrar os conflitos entre segmentos militares e o governo monárquico. É importante observar, contudo, que a díade soldado-cidadão – fundamental para a compreensão do comportamento da mocidade militar, um dos elementos decisivos da derrubada da Monarquia – tinha para Benjamin Constant um significado particular, distinto da visão manipuladora elaborada pelos jornalistas republicanos, e que a historiografia não tem apontado. Como princípio, entendia pela ótica democrática o direito de participar da vida política do país – um, entre outros do conjunto dos direitos de qualquer cidadão. Em termos específicos, porém, o soldado-cidadão deveria ser o produto de uma formação ideológica baseada na educação integral positivista, que o prepararia para o exercício da cidadania e para atuar como agente da transição rumo à sociedade positiva.

A defesa dessa concepção em embates públicos, documentos oficiais e nas salas de aula ensejou um intenso relacionamento de liderança com um grande número de estudantes militares de todos os níveis. Portanto, a emergência de Benjamin Constant como líder resultou, em grande parte, da sua própria atuação como disseminador do positivismo na Escola Militar. Sob sua influência, a formação ideológica de uma expressiva parcela de alunos incorporou um ingrediente messiânico trazido pelo pensamento de Comte. Jovens oficiais atribuíram-se uma missão salvadora do país, perdido em seus vícios sociais e políticos (Costa, 1979: 321-322).

Esse processo pessoal foi, durante muito tempo, tratado inadequadamente pela historiografia, com reflexos nas explicações do advento da República. Embora a biografia que Teixeira Mendes publicou logo após a sua morte (Mendes, 1892) contenha elementos suficientes para a formação de um ponto de vista definido sobre o caráter da relação de Benjamin Constant com o republicanismo como um processo recente – talvez não mais que um ano antes do golpe de 15 de Novembro –, a versão predominante insiste em atribuir-lhe o papel de evangelizador da jovem oficialidade republicana, desde, para alguns, a década de 1870.

Na verdade, Benjamin Constant era visto pela mocidade militar, em grande parte republicana e positivista, como um portador privilegiado de virtudes pessoais e intelectuais, mas não como uma influência política. Depois de se envolver na Questão Militar, ele passou a ser assediado por alunos e jovens oficiais que nele perceberam atributos para liderar um movimento armado contra o regime. Elevado, pela religiosidade messiânica dos positivistas, à condição de “mestre” e “guia” no caminho da República, foi seduzido pelo lugar que lhe ofereciam aqueles em quem entrevia os futuros cidadãos-soldados. No plano da elaboração simbólica, portanto, Benjamin Constant foi consagrado “Fundador da República” antes mesmo da proclamação do novo regime (Lemos, 1977).

No poder, Benjamin Constant teria, ainda segundo a historiografia, atuado como agente do positivismo no Governo Provisório. Entretanto, no primeiro ministério republicano ele teve atuação mais independente do que se tem suposto. Informações dispersas indicam o papel mediador que exerceu em face dos conflitos entre os personalismos de seus colegas ministros. Na retaguarda tinha, de fato, um núcleo de jovens oficiais positivistas da sua estrita confiança. Entretanto, questões centrais da organização do Estado republicano o afastavam, mais uma vez, da ortodoxia positivista. A principal delas dizia respeito, como no conflito com o Apostolado, ao conteúdo democrático das relações políticas. Muitos integrantes da jovem oficialidade e civis positivistas

ortodoxos viram em sua presença no poder uma oportunidade privilegiada para a organização da ditadura republicana postulada por Auguste Comte. Benjamin Constant, contudo, empenhou todas as energias políticas na concretização da agenda redemocratizadora – realização de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição da República.

A deflagração do processo constituinte em 1890 representou a vitória da sua posição. Foi, porém, derrotado no plano pessoal. Perdeu o Ministério da Guerra para Floriano Peixoto, considerado mais capaz de erradicar das Forças Armadas a agitação política. Como prêmio de consolação, o Governo Provisório criou para ele o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (MIPCT), afinado com sua vocação pedagógica. Ainda teve tempo, enquanto lutava com a doença que o mataria menos de um ano depois, para elaborar a reforma de praticamente todos os ramos da educação nacional. A rigor, esse trabalho o situa como o primeiro ministro da educação do Brasil, já que a área jamais havia sido entregue a um ministério próprio. É verdade que o MIPCT era tão descolado de qualquer preocupação oficial de longo prazo com a questão educacional que foi extinto pouco mais de um ano após morte do seu primeiro titular. A reforma educacional de 1890 não teve vida muito mais longa, começando a ser desfeita logo em seguida, batalha de uma guerra protagonizada por liberais e positivistas em vários terrenos do saber.

A participação de Benjamin Constant no poder foi, enfim, um improviso da história, eficiente para a derrubada de um regime em crise estrutural, mas não para a construção de uma nova ordem. Benjamin Constant não tinha um programa político claro. Guiada por valores democráticos gerais e algumas diretrizes positivistas, sua passagem pelo poder foi uma trajetória rumo à decepção pessoal, à depressão emocional e ao agravamento irreversível das suas condições de saúde. Com a sua morte, extinguiu-se um tipo de intervenção política que não se repetiria na história brasileira.

Referências bibliográficas

- ARARIPE, Tristão de Alencar. 1960. *Tasso Fragoso - um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- BOSI, Alfredo. 1992. “A arqueologia do Estado-previdência”. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de. 1977. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo: DIFEL.
- COSTA, Emília Viotti da. 1979. “A Proclamação da República”. In: _____. *Da Monarquia à República*. 2ª. ed. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas.
- COSTA, João Cruz. 1956. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Ferreira, Lúcio M. “Um ‘bando de idéias novas’ na arqueologia (1870-1877)”
http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_atg4.html. Acesso em 6 de maio de 2006.
- LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. 1997. *Benjamin Constant – vida e história*. Tese de doutorado em história. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ) (mimeo).
- LEMONS, Renato. 1999. *Benjamin Constant – vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- LÖWY, Michael. 1987. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. Marxismo e positivismo na teoria do conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Löwy. 4ª. ed. São Paulo: Busca Vida.
- MENDES, Raimundo Teixeira. 1892. *Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, vol. 1.
- PRADO JR., Caio. 1970. *História econômica do Brasil*. 12ª. ed.. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, Guerreiro. 1957. “Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 aos nossos dias”. In: _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes.
- VIVEIROS, Esther de. 1958. *Rondon conta a sua vida*. Rio de Janeiro: São José.
- ZEA, Leopoldo. 1985. *El positivismo y la circunstancia mexicana*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.